

Tecnologias, pandemia, famílias e o acesso tecnológico: pensamentos

Prof. Dr. Renan Antônio da Silva

Nada é tão ruim que não tenha algo bom... Também a crise do coronavírus (estamos em abril de 2020). De repente, permanecendo as escolas fechadas para impedir “aglomeração humana”, as aulas foram suspensas. Como o sistema atual de ensino está baseado em aula, o grande clamor é como evitar a perda de aula. Logo veio a salvação: *fazer aulas online*. Primeiro, as escolas privadas se mobilizaram, também porque seus alunos, como regra, têm acesso mais robusto ao mundo digital por conta das condições socioeconômicas familiares. Mas, o sistema público, incomodado igualmente com a perda de aula, também quer entrar na onda e garantir acesso online a aulas em geral gravadas em vídeo ou algo parecido. A questão, na esfera pública, é bem mais complexa em termos de acesso. Muitas famílias não têm acesso nenhum ao mundo digital; outras teriam algum acesso, mas quase sempre inepto para armar ambientes digitais de aprendizagem. E há os alunos que têm acesso, pelo menos razoável.

A indústria privada de educação já fazia, em alto estilo, video aulas (Khan, 2012), em geral em cursos de pós-graduação *lato sensu*, e mesmo na graduação, porque muitas entidades privadas curtem ambientes virtuais, por vezes com sofisticações tecnológicas notáveis, já que a nova geração precisa da perícia digital impreterivelmente. Enquanto isso, a academia tradicional, sobretudo pública, reage fortemente ao que se tem chamado de “cursos não presenciais”, tendencialmente entendidos como arremedo inaceitável dos presenciais. De fato, muitos são. Na prática, cursos online estão avançando a passos firmes, sendo que no último Enade-2018, eles tiveram avaliação superior, pela primeira vez (Demo, 2019). A vantagem foi mínima, negligenciável, não só estatisticamente, mas sobretudo pedagogicamente, porque ambas as versões são péssimas: aprende-se muito pouco na graduação, como regra geral. Um dos termômetros possíveis desse pesadelo esticado é a má formação dos docentes básicos nas faculdades, em particular dos licenciados, se considerarmos o aprendizado adequado dos estudantes nas escolas (Ideb). Em 2017, apenas 9.1% aprenderam matemática no Ensino Médio (EM), ou seja, a grande maioria – quase todos – não aprenderam, tendo-se normalizado esta miséria, já que, em 1995, o aprendizado adequado foi de 11.6% (Tabela 1). Em língua portuguesa, o aprendizado adequado andou muito para trás, de 45.4% em 1995, para apenas 29.1% em 2017 (perda de 16.3 pp). Nos Anos Finais (AF), também área do licenciado, o panorama é de estagnação generalizada nos dois conteúdos. Somente nos Anos Iniciais (AI) existe um tom de subida, mesmo que o resultado para 2017 seja muito inaceitável, em 22 anos.

Tabela 1 – Aprendizado adequado - Ideb – BRASIL (1995-2017) (%).

Anos	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

5º - EF – Matem.	19.0	21.4	14.4	14.9	15.1	18.7	23.7	32.6	36.2	39.5	42.9	48.9
5º - EF – L. Port.	39.3	35.5	24.8	23.7	25.6	26.6	27.9	34.2	40.0	45.1	54.7	60.7
9º - EF – Matem.	16.8	16.7	13.2	13.4	14.7	13.0	14.3	14.8	16.9	16.4	18.2	21.5
9º - EF – L. Port.	37.5	31.8	18.6	21.8	20.1	19.5	20.5	26.3	27.0	28.7	33.9	39.5
3º - EM – Matem.	11.6	17.9	11.9	11.6	12.8	10.9	9.8	11.0	10.3	09.3	07.3	09.1
3º - EM – L. Port.	45.4	39.7	27.6	25.8	26.9	22.6	24.5	28.9	29.2	27.2	27.5	29.1

Fonte: MEC, Inep.

Vamos reconhecer, desde logo, que a falta de aprendizagem na escola não é monopólio dos docentes, por várias razões (Demo, 2017). Primeiro, ocorrendo a aprendizagem na mente do estudante, não na aula, a falta de aprendizagem pode provir de inúmeras outras condições que não dependem do professor. Segundo, estatisticamente falando podemos “associar” o desempenho docente ao discente, sem relação mecanicista (linear), em grande parte porque aprendizagem não pode ser “causada” de fora; sendo dinâmica autopoietica, é *mediada*. Terceiro, para além da atuação docente, são contextos que atrapalham muito a aprendizagem: condições precárias de trabalho docente (também salarial); ambiente escolar e tamanho da turma; falta de formação permanente; condições físicas e didáticas da escola (laboratórios, por exemplo; instalações físicas etc.); indisciplina; pobreza socioeconômica; etc. Assim, não se pode “culpar” o docente, que é, na verdade, vítima do mesmo sistema instrucionista caduco vigente, na escola e na faculdade. Mas, está “associado” ao aprendizado tão precário na escola – em matemática, no EM, pode-se afirmar que praticamente todas as aulas foram inúteis.

Note-se ainda que o desempenho do pedagogo (AI) é muito superior, mesmo não satisfatório, verificando-se queda brusca na passagem dos AI para os AF. Isto não redime o pedagogo, porque a alfabetização continua extremamente precária (Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2019): depois de três anos, sequer metade dos alunos está alfabetizada; em alguns estados, por volta de 20% apenas. A escola, visivelmente, não dá conta do recado, embora, sozinha, não possa fazer milagres, e o alfabetizador não está à altura do tronco. A formação dos docentes básicos, então, está extremamente comprometida, carecendo ser totalmente reinventada. A falta de aprendizagem na escola tem a ver também com a falta de aprendizagem na faculdade (BID, 2018).

O que chama a atenção neste momento em que os sistemas escolares recorrem atabalhoadamente a cursos online é que replicam, candidamente, o mesmo instrucionismo “presencial” no “não presencial” – é a mesma aula. Isto indica um disparate sem tamanho: o esforço online não se volta para garantir a aprendizagem dos estudantes, mas para a transmissão de conteúdos que, cinicamente, estão disponíveis online superabundantemente. Ao invés de aproveitarmos a crise para nos livrar das aulas copiadas para serem copiadas, copiamos de novo, agora digitalmente! E esperamos infundas facilidades digitais, todas tipicamente instrucionistas, já que uma das capacidades mais prolíferas da tecnologia digital é transmitir conteúdos efetivamente (além de armazenar e processar). Ao lado disso, há sempre a esperança de que tudo fique mais “bonitinho”, nos efeitos especiais eletrônicos. Tal qual nas “*metodologias ativas*” (Bacich & Moran, 2018) – sonsamente cedem que as normais são as “inativas” – não se quer perceber que aprender se liga a *atividades de aprendizagem* (Demo, 2018), não a

truques de transmissão de conteúdo. Então, são da autoria dos alunos, acima de tudo, não enfeite de aula.

Entre muitas iniciativas online conta-se a Khan Academy (voltada para matemática principalmente) que produz videoaulas com pretensões declaradas de aprendizagem qualitativa, embora ainda presa ao modelo da “aula” (https://en.wikipedia.org/wiki/Khan_Academy). Enquanto é o caso apreciar este esforço (mesmo sendo Khan facilmente criticado por lhe faltar versatilidade pedagógica [Danielson & Goldenberg, 2012. Strauss, 2012]), o próprio Kahn reconhece limitações das videoaulas (Westervelt, 2016), e continua a buscar melhorias. A questão é se a prisão da aula (instrucionista) permite ir além da transmissão mais expedita de conteúdo. Ao final, o atual surto atropelado de cursos online tem um efeito importante, mesmo assim: *tecnologias digitais são parte do suporte da aprendizagem escolar, definitivamente*. Não há chance de impedir este avanço; a chance é tentar fazer de tal modo que frutifique em condições ainda mais autorais da aprendizagem estudantil. Neste texto, tento compor um cenário teórico e prático em torno do desafio de usar **autoramente** tecnologias digitais.

Referências

BID - ELACQUA, G., HINCAPIÉ, D., VEGAS E., ALFONSO, M. 2018. Profissão Professor na América Latina – Por que a docência perdeu prestígio e como recuperá-lo? BID, N.Y. <https://publications.iadb.org/handle/11319/8953>

DEMO, P. 2019a. PISA 2018 (1) – Brasil continua muito mal, mas se consola – https://drive.google.com/file/d/1BUOhwKaHwsGAq7XOdblr5_6guWQIPC4J/view

KHAN, S. 2012. The One World School House – Education reimaged. Twelve, N.Y.

STRAUSS, V. 2012. Does the Khan Academy know how to teach? *The Washington Post* July 27.